

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

A Redação

Goiás precisa de R$ 2 bi para zerar déficit em creches, diz levantamento

.....

O Despertar

Educação Infantil é tema de audiência pública realizada pela deputada Bia de Lima

.....

Goiás precisa de R$ 2 bi para zerar déficit em creches, diz levantamento

Samuel Straioto

Goiânia - São 45.976 crianças goianas aguardando por uma vaga em creche ou pré-escola. Para zerar esse déficit, seria necessário investimento de R$ 2,17 bilhões, segundo estudo que calculou a construção de 396 novas creches e a ampliação de outras 23 unidades já existentes em todo o estado.

O levantamento foi elaborado pelo Ministério Público de Contas junto ao Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás e pela Comissão de Educação do TCMGO, com base em dados de 109 municípios goianos que informaram suas demandas ao Ministério da Educação em 2024. Das crianças na fila, 39.155 estão na faixa etária de creche (zero a três anos) e 6.821 na pré-escola (quatro e cinco anos), etapa de frequência obrigatória por lei.

O estudo foi desenvolvido no âmbito do Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação em Goiás (Gaepe-GO), que reúne representantes da Secretaria Estadual de Educação, prefeituras e suas secretarias de Educação, órgãos de controle e de justiça, além de conselhos de educação e entidades da sociedade civil.

O impacto nas famílias

A ausência de vagas em creche atinge especialmente as famílias de baixa renda. Quem tem recursos paga por creches particulares ou conta com ajuda de familiares. Para quem não tem essas alternativas, resta improvisar ou deixar de trabalhar. Pesquisas na área de educação indicam que o acesso a creches e pré-escolas de qualidade impacta positivamente o desempenho escolar futuro, além de contribuir para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional nos primeiros anos de vida.

No último dia 20, uma audiência pública na Assembleia Legislativa de Goiás reuniu representantes do governo estadual, prefeituras, tribunais de contas e sociedade civil para discutir como viabilizar os recursos necessários.

Alessandra Gotti, presidente do Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação (Gaepe), apresentou o diagnóstico. "Mais do que números, essa estatística mostra a realidade de milhares de famílias que não conseguem matricular seus filhos por falta de estrutura. Para atender toda a demanda, seriam necessárias 396 novas creches e a ampliação de outras 23 unidades. O investimento estimado? R$ 2,17 bilhões -- um valor alto, mas urgente", afirmou.

Fabrício Motta, presidente e conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios, reforçou que o dado evidencia a

necessidade de políticas coordenadas e fiscalização para concretizar o direito à educação infantil.

A divisão de responsabilidades

A deputada Bia de Lima, presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, abordou durante a audiência a necessidade de articulação entre os entes federados.

"O déficit de vagas em creches e pré-escolas mostra que ações isoladas das prefeituras não são suficientes. É preciso avançar com uma parceria efetiva entre Estado e municípios. É com essa perspectiva que estamos realizando esta audiência pública, com todos os atores envolvidos -- secretarias municipais, Gaepe, tribunais de contas e Ministério Público -- buscando um único propósito: garantir que as prefeituras ofereçam todas as vagas e que os profissionais tenham condições de realizar um excelente trabalho", declarou.

Pela Constituição Federal, a educação infantil é responsabilidade dos municípios. A realidade orçamentária de boa parte das prefeituras goianas, porém, não comporta investimentos dessa magnitude. Cidades pequenas e médias, que concentram parte significativa do déficit, dependem de repasses estaduais e federais. A audiência buscou articular o regime de colaboração previsto na Constituição Federal entre União, estados e municípios.

Sinalização do governo estadual

Fátima Gavioli, secretária de Educação de Goiás, sinalizou disposição do governo estadual em contribuir. "Eu, na condição de secretária -- ainda que por pouco tempo agora -- acredito que ainda dá tempo, dentro deste mandato do governador Ronaldo Caiado, de participar desse processo destinando um percentual do nosso orçamento para a infraestrutura da rede física municipal", afirmou.

A declaração não especificou qual percentual do orçamento estadual seria destinado, como esses recursos seriam divididos entre os 109 municípios que declararam déficit, nem se haveria critérios de priorização. Também não ficou claro se a destinação acontecerá ainda em 2025 ou ficará para o próximo governo.

Articulação institucional

O Gaepe-GO foi instalado em 9 de julho de 2020, por meio de uma parceria entre o Instituto Articule, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) e o Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCMGO). O modelo é uma iniciativa de governança horizontal, democrática e intersetorial idealizada pelo Instituto Articule, em cooperação com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB).

Os dados do estudo foram entregues à Assembleia Legislativa nos dias 17 e 18 de setembro. O levantamento foi encaminhado ao presidente da Alego, deputado Bruno Peixoto, e às deputadas Bia de Lima e Vivian Naves, presidente da Comissão de Assistência Social.

Próximos passos

O déficit de vagas em creches é um problema presente em diversas regiões do país. Em Goiás, os números mostram 45.976 crianças aguardando, o que demanda investimento calculado em R$ 2,17 bilhões para a construção de 396

creches e ampliação de 23 unidades.

A Constituição Federal garante o direito à educação infantil. A definição de fontes de recursos, cronogramas e compromissos concretos ainda depende de decisões políticas e orçamentárias que devem ser tomadas nas próximas etapas.

Educação Infantil é tema de audiência pública realizada pela deputada Bia de Lima

A deputada estadual Bia de Lima (PT) realizou, na tarde desta segunda-feira, 20, a audiência pública "Educação Infantil: ampliação de acesso às creches e o desafio do financiamento em Goiás".

Segundo a deputada, o momento de diálogo foi uma missão dada a ela pelo Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Estado de Goiás (Gaepe-GO), com o objetivo de envolver o poder Legislativo na discussão, especialmente do orçamento. O intuito é ajudar os municípios a cumprir com os compromissos fiscais, mas também colocar todas as crianças em creches e escolas.

"Criança fora da escola não é uma questão nova, mas precisa de um novo impulso, uma nova dinâmica, para que todas elas tenham esse direito assegurado. É uma obrigação dos municípios oferecer e garantir esse direito, mas em Goiás ainda temos cidades que não têm vagas para o público da primeira infância, de 0 a 3 anos, o que é um problema grave", afirmou a parlamentar.

De acordo com Bia de Lima, que preside a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa de Goiás e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego), as dificuldades são muitas, até porque não se pode apenas prover a vaga. "Não pode ser só a vaga, estamos falando de oportunidades para essas crianças, de conseguir o melhor para elas, incluindo uma alimentação de qualidade, professores valorizados e animados com o trabalho. Então o mais fácil é a construção da creche, o difícil é a manutenção dessa infraestrutura dentro do orçamento de cada município", declarou.

Ainda segundo ela, os municípios não têm projetos educacionais, o que inviabiliza o acesso a valores do Governo Federal, por exemplo. "Muitas das tarefas deixadas para os municípios, sobrecarregaram as cidades. Nosso trabalho tem que ser voltado para que os recursos da educação sejam de fato nela alocados. Mas os municípios precisam se preparar mais, executarem projetos para que consigam acessar recursos. Os desafios são imensos, mas faremos o que pudermos para obtermos êxito e, assim, construiremos novas perspectivas com o envolvimento de todos", completou.

A secretária de Estado da Educação de Goiás, Fátima Gavioli, participou do evento e afirmou que o Fundo Estadual de Educação Infantil, criado em 2017, não é suficiente para suprir as necessidades de todo o Estado. Segundo ela, houve uma dificuldade de regulamentação do programa, em razão do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), contudo os recursos não conseguem atender as necessidades de Goiás.

"O fundo é pequeno e limitado. Quando foi criado, em 2017, ele tinha R$ 900 mil de saldo. No entanto, desde 2021, já

foram investidos cerca de R$ 32 milhões só na Educação Infantil", afirmou ela.

Na ocasião, Gavioli reconheceu que a deputada Bia de Lima destina todas as emendas parlamentares para a área da educação e pediu um esforço e um acordo coletivo entre os parlamentares da Casa, para enviarem percentuais fixos das emendas para a educação. "A educação infantil acendeu uma luz de alerta. Hoje, a Alego tem R$ 520 milhões de emendas no orçamento. Então, a minha sugestão é de que haja um consenso entre os parlamentares, para que sejam enviados um percentual fixo, cerca de três anos, para a infraestrutura da Educação Infantil. Está na hora de abrir esta concessão. As emendas dos deputados para fazerem uma sala de aula têm que ser em torno de R$ 120 mil. Caso isso seja combinado entre os deputados, acredito que, ainda neste mandato, consigo repassar esses valores aos municípios. Estou disposta e me comprometo a conversar com o governador. Construir sala não é o mais difícil, o mais complicado é colocar para funcionar, e também precisamos falar sobre as condições de funcionamento. Ou seja, o debate ainda é bastante extenso, mas espero avançar nessa pauta tão sofrida", declarou ela.

Presidente executiva do Instituto Articule e coordenadora do Gaepe-GO, a Dra. Alessandra Gotti afirmou que "não faltam evidências sobre a importância do investimento na primeira infância e ao longo da trajetória educacional". Segundo ela, é importante ressaltar que não existem lei específicas para isso, já que a prioridade é garantida pela Constituição Federal.

"O que precisamos é tornar a Educação Infantil prioridade para o Estado brasileiro e isso exige corresponsabilidade. As crianças pobres não estão na creche, o berço da igualdade está na desigualdade do berço. Mas o esforço precisa ser coletivo, com foco na resolução dos problemas. É preciso união dos governos Federal, Estadual, municipais e dos parlamentos. A incumbência dos estados é ajudar os municípios a diagnosticar os problemas, porque a questão tende a ser ainda mais grave, já que só temos acesso a quem está na fila de espera, não a todas as famílias que precisam. O tempo das crianças é hoje e não pode ser garantido em outra etapa educacional. O futuro do Brasil começa na creche e as crianças devem ser incluídas no orçamento", finalizou.

Fabrício Motta, conselheiro supervisor da Comissão Multidisciplinar Específica de Educação do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM-GO) e coordenador do Gaepe-GO, afirmou que o cenário é grave e de descumprimento com as crianças. "Nós não temos a cultura das crianças em creches, muitas famílias inclusive desconhecem esse direito, por isso a demanda tende a ser muito maior. Precisamos criar um guia para a ampliação dessas vagas, focar nos pequenos municípios e colaborar com o diagnóstico para o financiamento progressivo, o apoio à formação continuada e o apoio do Legislativo por meio das emendas parlamentares. Essa é uma causa muito importante, e precisamos estar mobilizados para mostrar essa luta", ressaltou ele.

Também participaram da audiência Anderlúcia Ferreira, representando a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime-GO); o conselheiro Edson Ferrari do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) e presidente do Comitê Técnico da Primeira Infância (IRB); a promotora de Justiça e coordenadora de atuação e educação do MPGO, Vanessa Goulart Barbosa; o juiz de direito e coordenador da área infracional da Infância e Juventude do TJGO, Thomas Nicolau Oliveira Heck; o defensor público da Infância de Juventude de Goiás, João Pedro Carvalho Garcia; o secretário-executivo da Secretaria Municipal de Educação de Goiás (SME), Jaime Ricardo Ferreira; a coordenadora da União Nacional dos conselhos municipais de Educação de Goiás (Uncme-GO), Maria Ester Carvalho; procurador do Município de Goiânia e ex-presidente da Associação dos Procuradores Municipais de Goiás (Apmego), Célio Natal dos Santos Júnior; superintendente-executivo da Federal Goiana dos Municípios, Natân Gomes dos Santos; e ainda a profa. Dra. Telma Aparecida Teles Martins Silveira, representando o Fórum Goiano de Educação Infantil (FGOEI) e o Núcleo de Estudos

e Pesquisa da Infância e sua Educação em diferentes contextos (NEPIEC-FE/UFG).

Propostas

Como resultado da audiência, a deputada propôs que os secretários de Educação dos municípios solicitem a designação de um percentual para o Fundo Estadual de Educação Infantil, por meio da Undime. Além disso, Bia de Lima pediu um levantamento sobre todos os municípios goianos que não têm vagas em creches para que haja a reivindicação.

Outro ponto ressaltado pela parlamentar foi a solicitação de cartas e abaixo-assinados com pedidos aos deputados para direcionar emendas para a Educação Infantil, com o objetivo de sensibilizar e convencê-los da importância da pauta.

Como finalização da audiência, Bia de Lima sugeriu que seja feito um novo encontro, com data a ser definida, já com pedidos e clamores sobre a Educação Infantil.

*Via assessoria